



A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELAS COOPERATIVAS DE CAFÉ NA MESORREGIÃO SUL/SUDOESTE DE MINAS GERAIS.

Renata Vieira de Melo ¹

RESUMO

O agronegócio cafeeiro desempenha um importante papel para a economia brasileira e, em especial, para a mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, a maior produtora nacional. O produto segue como uma das principais *commodities* exportadas pelo país e molda as dinâmicas socioeconômicas das regiões que participam da sua produção. Este trabalho enfatiza a territorialização do agronegócio cafeeiro nessa região, com ênfase no papel das cooperativas na monopolização do território. Utilizando dados secundários do SIDRA-IBGE, informações de websites das cooperativas e revisão bibliográfica temática, a pesquisa fornece uma análise das dinâmicas agrícolas na mesorregião, destacando o poder das cooperativas como agentes estruturantes da produção de café em Minas Gerais e sua influência na subordinação dos produtores aos imperativos do mercado global.

Palavras-chave: Monopolização, Cooperativas, Cafeicultura, Minas Gerais, Agronegócio.

ABSTRACT

The coffee agribusiness plays a significant role in the Brazilian economy, particularly in the South/Southwest mesoregion of Minas Gerais, the country's largest producer. Coffee remains one of the main commodities exported by Brazil, shaping the socioeconomic dynamics of the regions involved in its production. This study emphasizes the territorialization of the coffee agribusiness in this region, with a focus on the role of cooperatives in the monopolization of territory. Using secondary data from SIDRA-IBGE, information from cooperative websites, and thematic literature review, the research provides an analysis of agricultural dynamics in the mesoregion, highlighting the power of cooperatives as structuring agents in coffee production in Minas Gerais and their influence in subjecting producers to the imperatives of the global market.

Keywords: Monopolization, Cooperatives, Coffee Farming, Minas Gerais, Agribusiness.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo agrícola é uma forma de organização econômica e social em que os agricultores se unem em uma cooperativa para alcançar objetivos comuns e melhorar suas condições de vida e trabalho. Nessas organizações, o ideal é que os agricultores compartilhem recursos e responsabilidades, trabalhando juntos para produzir, processar e comercializar seus produtos agrícolas de forma mais eficiente e rentável.

¹ Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, renata.vieirademelo78@gmail.com



Para retratar tais organizações, enfocamos nas cooperativas de café, que desempenham um papel decisivo na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais, onde a cultura do café é uma das principais atividades econômicas. Essas cooperativas são organizações compostas por produtores que se unem para obter benefícios econômicos e, juntamente ao circuito produtivo, tem uma importância histórica, econômica e geográfica significativa para o Brasil e, em especial, para o estado de Minas Gerais, que é o maior produtor nacional da rubiácea. Na mesorregião Sul/Sudoeste, em particular, a produção de café e sua infraestrutura (fixos geográficos) são pilares fundamentais para a economia regional.

Além disso, as cooperativas coordenam a comercialização do café produzido, ação que não é comumente realizada diretamente por produtores, conectando deste modo espaços produtivos às redes globais, e, por sua vez, integrando o agricultor na lógica capitalista de produção, que, por meio dos serviços oferecidos, constitui uma expressão do agronegócio globalizado (ELIAS, 2006) e da mundialização da agricultura.


Portanto, a problemática central desse estudo é a monopolização exercida pelas cooperativas de café na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais. Tal situação geográfica, atravessa a lógica do cooperativismo, sendo essa uma maneira que o capital encontrou para se reproduzir, redefinindo as relações de produção, na qual o próprio capital cria as condições para o campo produzir (OLIVEIRA, 2002) subordinando os agricultores familiares às dinâmicas de produção capitalizadas.

Dessa maneira, objetivo desta pesquisa é discutir o papel das cooperativas na monopolização e na conformação do território da mesorregião Sul/Sudoeste do Estado de Minas Gerais, tendo em vista que essas organizações moldam as dinâmicas socioespaciais da região e atuam como agentes promotores da especialização produtiva dos lugares e da subordinação de pequenos produtores à lógica do agronegócio cafeeiro.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa envolveu uma revisão bibliográfica temática para discutir os pressupostos teórico-conceituais da territorialização do agronegócio cafeeiro via monopolização das cooperativas na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, para isso utilizamos como base teórica autores como: Alves (2021); Elias (2006, 2007, 2022); Frederico (2014, 2017); Oliveira (2002, 2016) Santos e Silveira (2001); e Santos (1979, 1988).

Foram consultados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluindo o Censo Agropecuário (2017) e a Produção Agrícola Municipal (1990-2022), da



Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além de informações disponibilizadas pelos endereços eletrônicos das cooperativas de café da mesorregião e entidades ligadas ao cooperativismo. Esses dados foram utilizados para agrupar informações estatísticas sobre área ocupada, quantidade produzida, serviços prestados, volumes comercializados e infraestrutura disponível, a fim de traçar a dimensão topológica das cooperativas.

REFERENCIAL TEÓRICO


No contexto da mundialização do capitalismo e ascensão do neoliberalismo, a agricultura passou por uma significativa transformação (OLIVEIRA, 2016) que inaugurou novas formas de competição internacional exacerbadas pela globalização que sugere forte tendência ao oligopólio e ao monopólio (HARVEY, 2016).

Sob a perspectiva capitalista, a agricultura baseou-se em três pilares fundamentais para assegurar a reprodução do capital: a produção de *commodities*, as bolsas de mercadorias e de futuros, e a formação de empresas monopolistas globais (OLIVEIRA, 2012). Nesse sentido, é pertinente questionar o processo de monopolização do capital na cafeicultura da mesorregião em análise, uma vez que esse fenômeno espelha dinâmicas de especialização e apresenta dilemas relacionados à reprodução do capital.

O Brasil é responsável pela produção de um terço do café mundial e há mais de um século ocupa a posição de maior produtor global. Em virtude dessa notável produção, a cafeicultura exerce um papel preponderante na dinâmica econômica do país, sobretudo, nas principais regiões produtoras dessa *commodity*.

O volume total demonstra a magnitude da produção brasileira que no ano de 2022 alcançou 3.172.562 toneladas de café em todo seu território. Convém lembrar, que o Estado de Minas Gerais, o maior produtor e uma das principais fontes de cafés especiais no país, produziu 1.397.270 toneladas (IBGE, 2022) em sua totalidade.

Dentre os diversos elementos que expressam a territorialização dessa cultura no estado de Minas Gerais, destaca-se a área cultivada somando cerca de 1.002.787 de hectares, o que representa 87,54% das lavouras permanentes de todo estado. Desse total, a mesorregião Sul/Sudoeste apresenta 420.045 hectares, o que corresponde à 94,22% do total das lavouras permanentes da região, com 521.753 toneladas produzidas, sendo a maior região produtora nacional (IBGE, 2022).



A expressividade de área cultivada e volume de produção demonstram a territorialização desse cultivo, que se mantém ativo ao longo de dois séculos, apesar dos obstáculos econômicos, geográficos e sociais.

No que tange ao desenvolvimento da cafeicultura no país, sua consolidação, ápice e feição contemporânea, Frederico (2017) propõe uma periodização desse cultivo no decorrer de quatro diferentes momentos, a saber: Os Primórdios da Cafeicultura e o Meio Natural que se estende do final do século XVIII até as décadas de 1870-80; a Mecanização da Cafeicultura e o Meio Técnico no final do século XIX até as décadas de 1950-60; a Cientificação da Cafeicultura e Meio Técnico-científico em meados do século XX, e por fim, Cafeicultura Científica Globalizada e o Meio Técnico-científico-informacional a partir da última década do século XX (FREDERICO, 2017) sendo esse último período abordado com mais profundidade em nosso estudo para compreendermos a atual dinâmica de produção cafeeira na mesorregião.

Segundo Frederico (2017), a cafeicultura brasileira possui particularidades geográficas que abrangem desde sua implantação até a modernização do setor agrícola e a especialização regional. Essas características são evidenciadas pelas transformações técnicas ocorridas ao longo do tempo, como a introdução e o aprimoramento de instrumentos técnicos e obras de engenharia.

Nesse contexto, a ampliação da cafeicultura no Brasil e no estado de Minas Gerais, especialmente a supremacia na produção da mesorregião Sul/Sudoeste, é resultado de uma série de eventos históricos e decisões políticas que moldaram progressivamente a sua dinâmica econômica consolidando, no século XX, sua posição como a área de destaque na produção de café no Brasil (SAES et al., 2010).

Para que a reestruturação da produção agrícola acontecesse e o café se torna-se o principal produto do agronegócio nessa fração o território, alguns fatores foram fundamentais, dentre eles, destacam-se o apoio fornecido pelo Estado brasileiro por meio de políticas de crédito e iniciativas públicas regionais. Um exemplo notável foi a implantação em território mineiro da entidade autárquica vinculada ao Ministério da Fazenda, conhecida como Instituto Brasileiro do Café (IBC), que desempenhou um papel importante na implementação da Política de Renovação dos Cafezais, criada em 1952, e do Programa de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), estabelecido em 1964.

À priori, o IBC tinha por atribuições executar a política cafeeira nacional, prestar assistência técnica e econômica à cafeicultura e controlar a sua comercialização. Ao passo que, o PRRC tinha o objetivo de ampliar a capacidade produtiva da rubiácea através de crédito subsidiado, inovação tecnológica e assistência técnica. Logo, tais medidas proporcionaram a

adoção de uma abordagem renovada na produção de café, marcada por um substancial investimento de capital, o que resultou na transformação do parque cafeeiro (ANDRADE, 1994) e que estimulou o Estado de Minas Gerais, em especial a mesorregião Sul/Sudoeste, a alcançar a liderança nacional da produção.

Todavia, a cafeicultura, historicamente sujeita a fortes regulamentações estatais, experimentou uma transformação com a liberalização da economia na década de 1990. Tal situação se vincula ao que Elias (2002) caracteriza como uma nova organização econômica e social da agropecuária. Conforme, Frederico (2017):

Os ideários dominantes do atual período induziram mudanças no paradigma produtivo anterior. À cafeicultura herdeira dos sistemas técnicos derivados da Revolução Verde e fortemente regulada pelo Estado se sucedeu uma cafeicultura científica globalizada, caracterizada por grandes transformações de ordem política, com a difusão do ideário neoliberal, e técnica, com a adoção de tecnologias da informação no sistema produtivo (FREDERICO, 2017, p. 91).

Ao analisar o circuito espacial produtivo da cafeicultura, é possível identificar uma intrincada rede de fixos como aporte para a realização da atividade, o que inclui áreas de cultivo, unidades de beneficiamento, armazéns, torrefações, agências de suporte técnico e financeiro, instituições educacionais e científicas, estação aduaneira e, notavelmente, as empresas de comercialização, com destaque especial para as cooperativas de café, temática central do referido trabalho, que desempenham um papel significativo na coordenação da produção, beneficiamento, distribuição no país e conexão com o mercado global.

A gênese das cooperativas em território nacional está associada ao estímulo governamental estruturado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. O IBC impulsionou a formação de cooperativas através da compra dos excedentes da produção, linhas de crédito e concessão de facilidades à exportação, contribuindo para o fortalecimento das atividades nesse período. Já nos anos 2000, as cooperativas de café se tornaram notáveis no Brasil, abarcando uma parte significativa da produção e comercialização agropecuária do país (SOUZA; BIALOSKORSKI-NETO, 2004) e ainda hoje são um dos principais agentes estruturantes da produção cafeeira em Minas Gerais.

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) uma cooperativa é uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns (SEBRAE, 2023). Posto isso, o cooperativismo, busca com melhores oportunidades para todos, unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo (OCB, 2023).

Apesar do início, foi nesse contexto e ideário que as cooperativas de café se alicerçaram no Brasil e na mesorregião Sul/Sudoeste do estado de Minas Gerais. A pioneira entre elas foi a Cooxupé, localizada no município de Guaxupé, que foi fundada em 1932 com foco inicialmente em serviços financeiros exclusivos para os cafeicultores. Posteriormente, em 1957, evoluiu para uma cooperativa agrícola e hoje é reconhecida como a maior do mundo no setor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A solidez do cooperativismo em Minas Gerais torna evidente quando analisamos sua participação no circuito espacial produtivo. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) referente a 2022, aproximadamente 24,6% de todo o café produzido no Brasil passou pelo sistema cooperativo em Minas Gerais. Essa representatividade se amplia consideravelmente, alcançando 57,0%, quando enfocamos o café produzido dentro do próprio estado. As cooperativas mineiras desempenham um papel de destaque não apenas no mercado interno, mas também no cenário de exportações totalizando 425,8 mil toneladas de café exportadas (ANUÁRIO OCEMG, 2023) o que demonstra sua hegemonia na produção e comercialização cafeeira.

Dentre as dezenas de cooperativas de cafeicultores que operam na mesorregião, destacam-se quatro como as mais influentes em termos de membros cooperados e receitas totais, a saber: a Cooxupé, Minasul, Capebe e Cocatrel. Essas organizações têm experimentado um crescimento notável, continuamente atraindo novos produtores e expandindo suas operações ao longo dos anos. Esse crescimento se reflete na crescente capacidade de armazenamento, processamento e exportação que possuem. Além disso, elas desempenham um papel crucial na definição das dinâmicas da cafeicultura na região e na influência sobre os produtores, tornando-se atores-chave na conformação do mercado de café local e global.

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda, conhecida como Cooxupé, conta com 18 mil cooperados e uma receita de aproximadamente 10.244.942.715,00 de reais. A Cooperativa Agroindustrial de Varginha (Minasul), com 9 mil cooperados, gera uma receita significativa de 1.614.948.241 de reais. A Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (CAPEBE) possui 8 mil cooperados e uma receita que totaliza 922.507.509,00 de reais. Por fim, a Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda, ou Cocatrel, também com 8 mil cooperados e receita de 1.571.750.394 de reais, o que demonstra a proeminência no setor (OCEMG, 2023).



Essas cooperativas, devido ao seu tamanho e influência, são consideradas as mais poderosas no setor de cafeicultura na região. Contudo, podemos observar no Quadro 1 a seguir, como as cooperativas são numerosas na região.

Quadro 1: Principais cooperativas de café presentes na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais.

	Cooperativa	Sede	Ano	Cooperados	Produtos	Infraestrutura	Volume	Municípios Alcançados
1	Cooperativa dos Regionais de Cafeicultores em Guaxupé LTDA (COOXUPÉ)	Guaxupé	1932/ 1957	18 mil	Café, Milho, Rações, Óleo de café	Torrefação, Armazenagem, Laboratórios	12, 4 milhões de sacas	300
2	Cooperativa agroindustrial de varginha (MINASUL)	Varginha	1958	9 mil	Café, Insumos, Rações, cafeteria, Moeda digital	Armazém, Usina de Rebenefício, Unidades Internacionais	2 milhões de sacas	250
3	Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (CAPEBE)	Boa Esperança	1963	8 mil	Café e Leite	Armazéns, Silos, Laticínio, Laboratórios, Posto de combustível.	760 mil sacas de café	8
4	Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda (COCATREL)	Três Pontas	1960	8 mil	Café e Leite	Armazéns, Cafeterias, Laticínio Laboratórios, Oficina e Torrefação.	2 milhões de sacas	125
5	Cooperativa Agrária de Machado Ltda COOPAMA	Machado	1944	3.400	Café, Milho, Soja, Leite, Insumos, Ração	Armazéns de café e grãos	124.320 sacas	137
6	Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí COOPERVASS	São Gonçalo do Sapucaí	1960	2.937	Café, Leite, Ração, Insumo	Armazéns, Laticínio, Lojas.	Superior a 100 mil sacas	9
7	Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio LTDA COOPERCAM	Campos Gerais	1980	1.800	Café	Armazéns, Lojas de Insumos, Laboratórios de Análise.	550 mil sacas	3
8	Cooperativa Agropecuária de Jacutinga	Jacutinga	1962	1.500	Café Rações	Armazém, loja, laboratórios.	Não Disponível	4
9	Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí COOPERRITA	Santa Rita do Sapucaí	1957	1000	Café e Leite	Armazém e Laticínio	Não Disponível	8



10	Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu (COOMAP)	Paraguaçu	1957	670	Café Especial	Armazém e Usina de Rebenefício	200 mil sacas	1
11	Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde Ltda (COCARIVE)	Carmo de Minas	1961	661	Café especial e convencional	Armazém, loja de insumos, laboratórios, Torrefação.	150 mil sacas	23
12	Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Poços de Caldas – Café Poços	Poços de Caldas	1959	584	Café especial e convencional	Armazém e Torrefação	Não Disponível	11
13	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região LTDA (COOPFAM)	Poço Fundo	2003	500	Café orgânico	Armazém e Torrefação.	40 mil sacas	13
14	Cooperativa Agropecuária de Ilícinea Ltda	Ilícinea	2002	450	Café	Armazém e torrefação	Não Disponível	1
15	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda COOPERVITAE	Nova Resende	2011	135	Café especial e orgânico	Armazém e departamento de negociação.	3.500 sacas	5
16	Cooperativa dos Produtores de Café Especial dos Martins (COOPERCAF EM)	Varginha	2011	81	Café especial	Armazém, Laboratório, departamento de venda, certificação.	Não Disponível	7

Fonte: Sites das cooperativas. Organização da autora, 2023.

A partir do Quadro 1 podemos perceber que a data de fundação das cooperativas ocorreu majoritariamente durante o período de maior incentivo governamental proporcionado pelo IBC, discutido anteriormente. Ademais, apesar do café ser o carro chefe de todas as cooperativas mencionadas, há também a diversificação de produtos, que se estendem desde derivados do café até mesmo à outras *commodities* comercializadas.

O poder de tais organizações pode também ser expressado por meio do alcance territorial que cada uma delas atinge, com destaque para a Cooxupé, que influencia cerca de

300 municípios na mesorregião, como também, em outras regiões do estado e até mesmo no oeste paulista.

Com relação a infraestrutura das cooperativas supracitadas, percebe-se uma notável organização arquitetônica para atendimento e suporte dos produtores os quais a ela participam. A existência de armazéns, torrefações, lojas de equipamentos agrícolas e laboratórios de análises desempenha um papel fundamental na criação de estruturas para o gerenciamento, recebimento, armazenamento e comercialização dos grãos.

Nesse sentido, tais cooperativas são responsáveis por grande parte da produção e exportação de café da região, reunindo milhares de cooperados e atuando em diversas etapas do processo produtivo. Portanto, as cooperativas desempenham um papel crucial na cafeicultura da região, mas também estão sujeitas às complexas dinâmicas do mercado global de café.

Dentre aspectos do espaço geográfico da mesorregião que favoreceram o êxito das cooperativas, destacamos a predominância de pequenos e médios municípios com uma forte ligação com a atividade agrícola e pastoril. A sua configuração territorial engloba um total de 146 municípios, divididos em 10 microrregiões, com uma população de 2.592.054 habitantes (IBGE, 2022) dentre eles, o maior município é Poços de Caldas com uma população de 163.742 habitantes.

Conforme observado por Alves e Lindner (2020), o sucesso alcançado pelas cooperativas nessa região é notável devido à significativa adesão da agricultura familiar. O contexto socioeconômico da região, especialmente nos municípios de menor porte, é caracterizado por ruralidades, que está intrinsecamente ligado à atividade cafeicultora.

Com relação aos aspectos econômicos, esta mesorregião é reconhecida como a principal área produtora de gêneros agropecuários do estado, contribuindo com mais de 20% para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do setor em Minas Gerais (IBGE, 2022). Em relação aos módulos de produtos exportados, o café corresponde a 17% de todas as exportações do Estado, atrás apenas do minério de ferro, sendo um monopólio da produção agrícola.

Nesse sentido, a predominância da agricultura familiar, que engloba aproximadamente 75% dos produtores nessa atividade, justifica e fortalece a presença significativa de cooperativas na mesorregião, conferindo a maior concentração de cooperativas no país.

Todavia, no que diz respeito aos serviços prestados por essas organizações, Alves e Lindner (2020, p. 445) apontam que “as dezenas de cooperativas existentes na região servem para auxiliar, dar assistência técnica e extensão rural, agrotóxicos, armazenamento dos grãos, financiamento e crédito” aos agricultores familiares inserindo-os à lógica de mercado do agronegócio globalizado (ELIAS, 2006). Portanto, atuam como empresas monopolistas

(OLIVEIRA, 2016) exercendo um papel centralizador nas dinâmicas socioespaciais da mesorregião. Segundo, Oliveira (2016):

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes às vezes controlam a produção de agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2016, p.233).

Dessa forma, os agricultores familiares são inseridos na lógica do capital monopolista, tornando-se atores diretamente afetados por essa conjuntura, sendo pressionados a se adaptarem às demandas de um sistema globalizado.

Nesse contexto, as cooperativas promovem a integração da produção nacional de café à rede mundial da agricultura globalizada e aos conglomerados internacionais, resultando em uma maior dependência do capital financeiro-industrial e à subordinação aos oligopólios do setor agrícola trazendo novas implicações e normas a esses lugares (ALVES, LINDNER, 2020).

Posto isso, o agricultor familiar se vê cada vez mais pressionado e rendido, tendo que se adequar as características do mercado global para não ser excluído desse processo. Nesse sentido, o processo de monopolização, faz com que o maior envolvimento do agricultor familiar com o mercado o torne, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008.)

Assim, o pequeno produtor está atrelado a destinar parte da sua renda/produção a compra de insumos, agrotóxicos, maquinários, sementes, sendo possível, que haja a realização de pequenos empréstimos concedidos por financeiras credenciadas para custear o plantio, colheita, beneficiamento (MELO, 2021). Em contrapartida, esse estreitamento das relações comerciais com as cooperativas pode levar os agricultores familiares a uma crescente dependência, comprometendo sua autonomia e tornando-os mais suscetíveis às oscilações do mercado internacional.

Por conseguinte, ao contribuir para a integração dos agricultores à economia global, a presença das cooperativas promove a disseminação da cultura do café (ALVES, 2021). Tal situação, também é indutora do processo de “comoditização” do território conforme apontado por Alves (2021). Os principais cultivos em termos de volume e área de expansão na mesorregião, são o café, o milho e a soja, respectivamente (IBGE, 2022), isso evidencia a predominância da produção de *commodities* em detrimento a diminuição na produção de itens que compõem a cesta básica brasileira tendo esses a diminuição na área plantada e na capacidade produtiva ao longo das últimas décadas, conforme a Tabela 1 a seguir:



Tabela 1: Gêneros agrícolas cultivados na mesorregião.

Cultivo	Produção em 1990 (em toneladas)	Produção em 2000 (em toneladas)	Produção em 2020 (em toneladas)	Produção em 2022 (em toneladas)
Café	377.685	747.971	939.723	521.753
Milho	395.634	693.760	1.183.214	1.203.361
Soja	1.236	1.865	509.654	639.997
Arroz	73.633	33.615	3.235	5.667
Feijão	49.764	52.068	65.519	51.346

Fonte: PAM/IBGE, 2022. Organização da autora.

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, é possível inferir que, entre os diversos cultivos mencionados, o café, exerce uma forte territorialização na mesorregião em destaque. Mesmo enfrentando desafios climáticos, como a recorrência de fortes episódios de geada ao longo dos anos, o café permanece como o principal motor do poder econômico regional. Em contrapartida, a produção de feijão manteve uma estabilidade, enquanto a produção de arroz sofreu uma queda drástica nas últimas três décadas, o que evidencia um processo de “comoditização” do território mineiro.

Essa dinâmica pode ser explicada pela influência que as cooperativas de café exercem na mesorregião. O estímulo à produção cafeeira emana dessas organizações, que desempenham um papel fundamental ao disponibilizar assessoria especializada na produção, fornecendo insumos agrícolas e equipamentos para a manutenção da atividade, bem como gerenciar a comercialização do café em escalas nacionais e globais, contribuindo para que o café tenha um mercado sólido. Além disso, as cooperativas oferecem facilidades de crédito e estabelecem sistemas de troca de produção por insumos e maquinarias, elementos propulsores da cafeicultura na mesorregião que possibilitam que este cultivo mantenha sua hegemonia na economia regional.

Dado que a maior parcela da cafeicultura na mesorregião é conduzida por agricultores familiares que carecem da resiliência necessária para se manterem competitivos no mercado global sem o respaldo de um intermediário, a adoção da prática cafeeira em parceria com as cooperativas emerge como uma oportunidade fundamental para esses produtores prosseguirem na atividade agrícola. Nesse cenário, as cooperativas desempenham um papel crucial ao facilitarem a inserção dos pequenos produtores no mercado internacional, ao incorporarem suas produções em suas operações.

Face ao exposto, emerge-se uma nova dinâmica agrícola, a qual torna a região cafeeira do Sul/Sudoeste de Minas Gerais condicionada a participar das trocas comerciais globais

exacerbadas pela globalização. Nesta perspectiva, é muito comum a ocorrência da especialização regional produtiva em áreas de domínio do agronegócio globalizado (CASTILLO, 2011; FREDERICO, 2013; ELIAS, 2007) sobretudo, na cafeicultura.

Conforme, Santos (1993, p. 73) “os lugares têm a tendência a se especializar tanto no campo como na cidade, estando esta especialização mais ligada às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais”. Diante disso, as cooperativas atuam como agente promotores da tecnificação do território e isso se expressa geograficamente pelo aprofundamento da especialização produtiva regional. O autor supracitado ainda considera que:

O espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (SANTOS, 1988, p. 46-47).

Nessa conjuntura, a presença majoritária de municípios de menor porte contribui para o processo, pois segundo Corrêa (2004) estes são locais importantes, pois distribuem os produtos para as atividades agrícolas e para a população, prestam de serviços e, em muitos casos, realizam o beneficiamento da produção agrícola. Nestes casos, frequentemente ocorre uma especialização que prioriza os interesses financeiros do setor agroindustrial, resultando em modificações na paisagem, na estrutura e na função desses centros urbanos (SANTOS, 1988).

Face ao exposto, surgiram cidades especializadas no atendimento das demandas do setor cafeeiro, municípios que estão sob o domínio do agronegócio globalizado (CASTILLO, 2011; FREDERICO, 2013; ELIAS, 2007). Essas cidades desempenham funções específicas dentro do circuito espacial produtivo, sendo conhecidas como "cidades do agronegócio" (ELIAS, 2007) imprescindíveis para a reprodução do capital do segmento.

Portanto, o cultivo de café, incentivado pelas cooperativas ao proporcionar apoio técnico, financeiro e mercado consolidado, torna-se um elemento determinante da especialização produtiva regional, que dinamiza e polariza municípios e mobilizam serviços urbanos específicos, já que a cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2014), modelo hegemônico que caracteriza o atual momento da cafeicultura brasileira, tende a influenciar fortemente os lugares, as regiões e os territórios destinados à produção acionando novos sistemas técnicos adaptados as suas particularidades produtivas.

Nessa conjuntura, o território é dominado via cooperativas ou via multinacionais que atuam no setor, que estruturam, coordenam e ditam os rumos da produção. Tais organizações, atuam como verdadeiros agentes hegemônicos da monopolização do território ao subordinar os produtores aos imperativos do mercado global de *commodities* de exportação atravessando a

lógica solidária do cooperativismo e se associando a lógica mercadológica do capitalismo, o que materializa uma solidariedade organizacional em detrimento de uma solidariedade orgânica (SANTOS, 2004).

Em virtude dos fatos mencionados, é possível inferir a vulnerabilidade social, especialmente entre os pequenos produtores de café, que se tornam dependentes desse processo e expostos às suas externalidades. Esses produtores dependem das cooperativas para acessar insumos, maquinários, armazenamento, financiamento, assistência técnica e para escoar sua produção. Sem alternativas viáveis, se inserem nessa lógica de produção. A possibilidade de se associarem a outros intermediários é quase inexistente, uma vez que as cooperativas dominam a região e possuem abordagens semelhantes de atuação, dificultando o uso da competição (HARVEY, 2016) como estratégia para obter vantagens comparativas.

No entanto, essa realidade também acarreta uma considerável alienação do território (SANTOS e SILVEIRA, 2001), gerando uma situação em que os lugares frequentemente se encontram vulneráveis às decisões corporativas e às instabilidades do mercado internacional. Tal contexto propicia uma dependência significativa que expõe os agricultores familiares a potenciais flutuações e incertezas provenientes do cenário global.

Logo, a cafeicultura na mesorregião constitui uma parte intrínseca da paisagem geográfica do capitalismo (HARVEY, 2016), caracterizada pelo controle territorial exercido por agentes hegemônicos que, com o respaldo do Estado, delimitam espaços direcionados à acumulação de capital.

A dependência excessiva da cafeicultura também pode expor a região a flutuações nos preços do café, crises econômicas e mudanças nas demandas de mercado, afetando principalmente os agricultores familiares que possuem menor resistência diante dessas externalidades.

Conforme Santos Filho (1989), as cooperativas não têm o objetivo de desacelerar o progresso capitalista. Pelo contrário, buscam criar condições para acelerá-lo, alinhando-se com a expansão do capital. Isso leva a uma situação em que as relações entre cooperados e suas cooperativas podem ser consideradas "falsas horizontalidades," pois favorecem principalmente o fortalecimento político e financeiro das cooperativas, estabelecendo uma relação hierárquica e vertical com o território em prol dos agentes hegemônicos da economia internacional (SANTOS, 2004). Essas verticalidades são marcadas por comandos de natureza técnica, financeira e política, estabelecendo uma solidariedade organizacional que se baseia em racionalidades distantes (SANTOS, 2004).

Portanto, a cafeicultura na mesorregião em análise é um microcosmo que reflete as complexas dinâmicas da agricultura globalizada e os desafios que os produtores enfrentam ao se ajustarem a essa nova realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cafeicultura brasileira atravessou diversas transformações ao longo dos séculos, resultando em diferentes configurações territoriais que ora se concentravam em uma determinada região, ora migravam em busca de vantagens locais. Nesse contexto, a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais emergiu como um polo nacional de destaque devido aos seus atributos geográficos e aos incentivos governamentais que promoveram eficiência na produção de café.

Aproveitando os estímulos governamentais, surgiram cooperativas de café na região para contribuir com o desenvolvimento do parque cafeeiro local. Com o tempo, essas organizações adotaram princípios capitalistas, consolidando seu domínio territorial e envolvendo os produtores rurais nas dinâmicas capitalistas de produção, inserindo-os no contexto do agronegócio globalizado.

Isso leva a temática da monopolização das cooperativas na cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, como um tema de grande importância geográfica e econômica. Pois, o crescimento dessas cooperativas, como Cooxupé, Minasul, Capebe e Cocatrel, dentre outras, reflete claramente sua crescente influência na paisagem agrícola, urbana e socioeconômica da região.

É evidente que a monopolização exercida pelas cooperativas decorre do seu poder na economia regional e sobre os produtores rurais. No entanto, é imperativo examinar a integração dos pequenos produtores nessa lógica capitalista de produção, uma vez que eles se tornam dependentes dessas cooperativas e das demandas externas, contudo, suscetíveis às oscilações do mercado global de *commodities*.

Portanto, a monopolização exercida pelas cooperativas reflete mais uma faceta do capitalismo, da agricultura globalizada e do agronegócio, distanciando-se dos princípios solidários cooperativistas ao não oferecer a devida proteção sujeitando seus membros perante as externalidades. Este cenário destaca a necessidade de avaliar criticamente as implicações desse processo em nossos estudos, e abre possibilidade de aprofundamento na temática.

Diante das reflexões supracitadas, inferimos que as cooperativas são agentes hegemônicos da monopolização e conformação do território, atuando diretamente no circuito

espaço produtivo, subordinando pequenos produtores, dominando a produção cafeeira e influenciando diretamente na especialização produtiva dos lugares.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). A autora agradece o incentivo concedido por meio de bolsas de doutorado.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na região imediata de Alfenas – Minas Gerais. *Boletim Alfenense de Geografia*, v. 1, n. 2, p. 129-150, 21 dez. 2021.

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: Territorialização, mundialização e contradições. *OKARA: Geografia em debate*, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ANDRADE, R. G. R. de. A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do Estado à liberalização do mercado. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

CASTILLO, R. A. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: Márcio Rogério Silveira. (Org.). *Circulação, transportes e território: diferentes perspectivas*. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011, v., p. 331-354.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Acompanhamento da safra brasileira-café. V. 1, n. 1 (2022-) – Brasília: Conab, 2022.

ELIAS, D. Difusão do Agronegócio e das Desigualdades Socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs). *Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teóricas-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ELIAS, D. Globalização e Agricultura no Brasil. *GEOUERJ*. Rio de Janeiro, n.12, 2º semestre de 2002. p.23-32.

FREDERICO, S. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 73-101, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.98588. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/98588>. Acesso em: 19 set. 2023.



- FREDERICO, S. Cafeicultura científica globalizada e as montanhas Capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrana no Espírito Santo. *Sociedade & Natureza*, v. 25, n. 1, p. 7-20, 2013.
- FREDERICO, S. Globalização, competitividade e regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 55-70, 2014.
- HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Agrícola Municipal, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1613#resultado>. Acesso em: 01/09/2023.
- MELO, R. V. Territorialização dos agrotóxicos na agricultura familiar no município de Guaranésia- MG. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, 2021. 153 p.
- OCEMG. Anuário de informações econômicas e sociais do cooperativismo mineiro. Minas Gerais: Sistema Ocemg, 2023. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/publicacoes/?tab=0>. Acesso em 01 de setembro de 2023.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.
- OLIVEIRA, A. U. *A mundialização da agricultura brasileira*. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). O que é o cooperativismo. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.
- SAES, A. M.; COSENTINO, D. V.; SILVA, M. P.; GAMBI, T. F. R. Sul de Minas em Transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o XX. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 14., Diamantina. Anais... Diamantina: CEDEPLAR, 2010. p. 1-20.
- SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS FILHO, Milton (Coord.). *O processo de urbanização no oeste baiano*. Recife: SUDENE, 1989.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). O que são cooperativas?. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que>

XV
ENAN
PEGE



ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM COOPERATIVAS

saocooperativas,c440438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

SOUZA, J. V. P. de; BIALOSKORSKI NETO, S. Formação das cooperativas de café no Brasil: uma análise econômica e institucional. Brasília, DF: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - Sober, 2004. 14 p. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/04O240.pdf>. Acesso em: ago. 2022.